


MOVIMENTO POLÍTICO SOMOS: DO SURGIMENTO AO FRACIONAMENTO DA LUTA LGBTQIA+

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-169>

Data de submissão: 21/09/2024

Data de publicação: 21/10/2024

Édna Maria Rodrigues Moura Barros

Doutora em Educação Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Rio de Janeiro – RJ, Brasil

E-mail: profednauespi@gmail.com

Orcid: 0000-0002-3162-1286

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9014503884715>

Guilherme do Nascimento Pereira

Doutor em Educação Universidade do Rio de Janeiro

E-mail: guilhermenpereira@gmail.com

Orcid: 0000-0002-5633-4670

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8791541644386743>

Patrick Muniz Ataliba

Doutor em Educação Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Rio de Janeiro – RJ, Brasil

E-mail: patrickataliba@gmail.com

Orcid: 0000-0003-1724-9745

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3825436675904466>

Romildo de Castro Araújo

Doutor em Educação Universidade Federal do Piauí

E-mail: Araujo_romild@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-4759-7022

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0775152533233695>

Solange Maria Batista de Souza

Doutora em Educação Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Rio de Janeiro – RJ, Brasil

E-mail: solangebsouza2017@gmail.com

Orcid: 0009-0001-4888-9879

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8845684978940240>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o surgimento e a consolidação do movimento político LGBTQIA+ no Brasil, focando as décadas de 1970 e 1980. O trabalho foi norteado pelo questionamento de como e por que se originou o movimento político LGBTQIA+ no Brasil? A investigação teve como percurso uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada no método materialista-dialético. A sustentação teórica deu-se com os trabalhos de Cruz (2018), Green (2018), Mott (2018), Quinallha (2022), Trevisan (2018) entre outros autores dedicados ao desvelamento teórico do problema. Destaca-se o momento histórico que originou o movimento, a importância do

processo de comunicação de massas através da imprensa, as lutas internas político-ideológicas pela concepção do movimento social e político LGBTQIA+ e a reconfiguração do movimento homossexual no Brasil na década de 1990. Em fase das conclusões, identifica-se o período como fundamental para organização das lutas iniciais contra a homofobia e para afirmação do movimento como instrumentos de lutas coletivas pelos direitos.

Palavras-chave: Movimento político LGBTQIA+, Lutas ideológicas, Organização política, Somos, Lampião da Esquina.

1 INTRODUÇÃO

A história e a memória do ativismo LGBTI+ têm uma importância fundamental não somente por fazer conhecer o passado e restituir a hereditariedade entre gerações que, em cada época, vão contribuindo para a formação de uma comunidade sempre em devir. Olhar para trás é também essencial para pensar as formas de agir no presente e projetar futuros possíveis, não há manual inscrito na história, não se trata de repetir acertos e evitar erros cometidos, mas de enfrentar os desafios que estão postos à luz da informação e da consciência da nossa própria trajetória (QUINALHA, 2022, p.147).

Esse olhar para trás, como bem coloca o autor acima, requer pensar sobre as diferentes formas de organização do ativismo LGBTQIA+ na sociedade quando esse grupo social se vê excluído de direitos básicos essenciais para sua própria sobrevivência, como também quando tem sua liberdade tolhida por meio de censuras e torturas promovidas pelo Estado ao impor medo aos grupos da sociedade em seu processo de mobilização e organização social, grupos de indivíduos e coletivos com diferentes formas de contestação e de lutas.

Na literatura brasileira, diferentes discussões compõem a trajetória da organização do movimento LGBTQIA+, passando por ondas, demarcando alguns momentos centrais, fixando a ideia sequencial e temporal de primeira, segunda e terceira onda. Esse processo de periodização da história do movimento LGBTQIA+ pode comprometer sua capacidade heurística, dando margens a leituras estapistas (imposição de rota, linearidade). As ondas parecem estanques, sem dar a devida atenção para a dimensão processual de transição. O autor enfatiza ainda que a divisão da história em fases impõe certa artificialidade, pois perde de vista as redes e gerações em permanente conflito (Quinalha, 2022).

Quinalha (2022) adota outras formas de fazer essa leitura, baseadas na noção de ciclos, face à agenda de reivindicações em cada momento histórico, uma vez que um ciclo não se esgota em outro, e podem conviver em diferentes formas de interação. Assim, o autor vai incorporar na sua discussão cinco ciclos: Ciclo da Afirmação Homossexual e Combate à Ditadura (1978- Grupo Somos); Ciclo do HIV/AIDS e Onguinização (década de 1980); Ciclo da Institucionalização, Visibilidade Pública e Mercantilização; Ciclo da Cidadanização (1980), da Diversificação e dos Direitos (virada dos anos 2000); e Ciclo Backlash e Bolsonarismo (Jair Bolsonaro).

Nesta pesquisa, o conhecimento é totalizante, uma vez que nunca alcança uma etapa definida, tampouco acabada, por isso é também uma atividade humana, visando conhecer o todo para perceber as partes. Para a dialética marxista, [...] “o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: A verdade é o todo” [...] (KONDER, 2014, p.34). Significa, portanto, que se não for possível enxergar o todo, o risco de atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada pode transformar-se numa mentira, o que certamente, prejudicará a verdade mais geral.

2 ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL

Para além de conhecer a realidade da organização do movimento social no Brasil em seus diferentes contextos, este estudo sobre a organização do movimento LGBTQIA+ remonta ao início do processo de contestação na América Latina quanto às questões de machismo, matriarcado, patriarcado, pela violência contra as mulheres e a opressão da homossexualidade. [...] “Por meio de uma mudança de sentido, já que o termo homossexual provinha de uma classificação médica, o ativismo LGBT latino-americano se iniciou em novembro de 1969, sob a ditadura do General Juan Carlos Onganía, em Gerli, subúrbio de Buenos Aires” (TRINDADE, 2018, p. 229).

Sem dúvidas, foi um momento em que fez surgir a primeira tentativa de organização homossexual na Argentina, com a criação do Grupo Nuestro Mundo, fundado por 14 sindicalistas homossexuais de classe média, sob a coordenação de Héctor Anabitrato, ex-membro do Partido Comunista, sem ligação direta com os eventos ocorridos em Nova Iorque. A homossexualidade era interpretada do ponto vista conservador como uma subversão da ordem patriarcal e para a ala esquerdista como um vício burguês que dividiria a luta de classes (TRINDADE, 2018).

Em 1971, criou-se em Buenos Aires a Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLHA¹), inspirada no movimento Gay Power norte-americano, que lutava pelos direitos humanos e contra a discriminação, um movimento que reunia jovens politizados, estudantes de sociologia de pelo menos dez congregações em torno de demandas comuns como pílula anticoncepcional, aborto e de crítica à heterossexualidade, aproximando-se de pautas da esquerda e com as questões feministas, dos grupos esquerdistas e sindicalistas latino-americanos, que tinha como compromisso a ampliação da luta para mudar a economia, as leis, e os regimes autoritários, o que elevou a forte atuação de seus membros, especialmente, Isabel Macías Galeas e Nestor Perlongher.

A FLHA publicou o “Somos”, em 1973, primeira revista voltada para homossexuais na América Latina, que rendeu uma visita de Nestor Perlongher ao Brasil, em 1976, a convite de José Silvério Trevisan, para participar de um encontro na Universidade do Rio de Janeiro, para falar dos escritos da revista “Somos” da FLHA. O Somos, passou a ser também o nome da primeira organização política LGBTQIA+ brasileira, a ser destacado mais à frente (TRINDADE, 2018).

¹ A FLHA era uma espécie de congregação de diferentes grupos autônomos que coordenavam ações conjuntas. Entre março de 1972 e agosto de 1973 a FLHA contou com a participação de pelo menos dez grupos, dentre eles o Eros- no qual militava Nestor Perlongher, Nuestro Mundo, Profesionales, Safo (ativismo lésbico), Bandeira Negra (anarquista), Emanuel (cristãos), Católicos Homosexuales Argentinos, entre outros. Essa organização se manteve sempre em diálogo com as questões feministas discutidas no interior de algumas organizações como a UFA (Unión Feminista Argentina), MLF (Movimiento de Liberación Feminista), Nueva Mujer e Frente de Lucha por la Mujer. Ao afirmar que o “pessoal é político”, tais grupos se organizavam em torno de demandas como a pílula anticoncepcional e aborto, mas também, criticaram a heterossexualidade compulsória que tolhia o livre gozo da sexualidade (Trindade, 2018, 231).

O movimento LGBTQIA+ dava sinais de resistências também no México com o governo do Partido Comunista que incluiu em sua agenda princípios de que ninguém deveria ser discriminado, marginalizado por motivos raciais, sexo e religião. Mas foi em 1979 que aconteceu a Primeira Marcha del Orgullo Homosexual na Cidade del México, liderada pelos coletivos Frente Homosexual de Acción Revolucionária (FHAR). Lembrando que, “em 1970, o estudante de Filosofia e Psicologia Manuel Velandia fundou o primeiro grupo de ativismo homossexual da Colômbia, o Movimento por la Liberación Homosexual, que organizou diversas atividades políticas dentre as quais a Primeira Marcha Gay do país” (TRINDADE, 2018, p. 132). Ambos os países que compunham esse continente tinham histórias convergentes, marcadas pela subjugação dos corpos racializados.

[...] Ao analisar a formação da política LGBT na América Latina, Carlos Fígari salienta que os habitantes deste continente estiveram sempre submetidos a um tipo de dominação similar, calcada na subjugação dos corpos racializados e sexualizados como parte do empreendimento colonizador. Teria sido por conta dessa história marcada pela exclusão e pela opressão que a questão da normalização, em termos de cidadania, tornou-se o eixo político principal de dissidência sexual. Porém é comum se ouvir dizer no Brasil, e talvez em todo o continente latino-americano, que as políticas sexuais urdidas nos EUA serviram de inspiração ou forneceram as bases do ativismo político LGBT que se construiria nesses países. Trata-se de uma versão hegemônica que conserva a velha dicotomia centro-periferia e que reafirma o imperialismo político-ideológico dos países centrais sobre o terceiro mundo. Meu incômodo com isso é que ao retirar essa perspectiva hegemônica LGBT, acabamos por suprimir nossa própria história, pois, diferentemente dos gays, lésbicas estadunidenses, que viveram aqueles conturbados anos de 1960-1970, o Brasil e seus vizinhos latino-americanos se viam imersos em regimes ditatoriais, exploração econômica, elevadas taxas de pobreza, baixos salários, desigualdade social, violência, além da presença sufocante das perspectivas morais cristãs conservadoras que serviram historicamente de suporte ideológico ao sistema colonial (TRINDADE, 2018, p.233).

O autor Ronaldo Trindade (2018), em concordância com James Green (2019), admite que o movimento de gays e lésbicas influenciou a Argentina, México e Porto Rico, mas que esse mesmo fenômeno não aconteceu no Brasil, uma vez que a repressão dos militares se mostrou como um grande entrave, principalmente com o Ato Institucional - AI-5, que duramente perseguia pessoas e grupos que manifestassem pensamento de “desordem da pátria” e dos “bons costumes” da moral da sociedade.

O AI-5, que suspendeu o habeas corpus, aprofundou ainda mais a circulação de informações aterrorizantes sobre as práticas da política de torturar aos opositores, o que deixava a população em alerta máximo e com medo constante dos homens fardados. “Lugares fechados, fossem encontros em apartamentos ou casas, ou nos bares e nas boates recém-abertas, se tornaram espaços mais seguros para gays, lésbicas. Apesar de haver policiamento nestes lugares” [...] (GREEN, 2019, p.184).

Esse entrave durante todo o regime militar (1964-1985) postergou a construção de um movimento social de ação política. Por isso, esse momento específico que a sociologia entende se dar num tipo de organização com repertório de forma de ação política, tipos de reuniões, atos públicos

com um olhar coletivo emerge, de fato, em abril de 1978, já no processo de “distensão política” e num momento de arrefecimento da repressão, um grupo de intelectuais² homossexuais lançam o primeiro veículo de ampla circulação no Brasil, o jornal *Lampião da Esquina* (RODRIGUES, 2018).

Esse período da história, fim da década de 1970, Quinalha (2022) define como sendo o primeiro ciclo, momento de centralizar preocupações pela construção e afirmação da identidade homossexual, consagrados em espaços de acolhimento coletivo, quando a população LGBTQIA+ encontrava mais segurança em se assumir e se revelar entre pares, principalmente com o inchaço dos grandes centros urbanos, desde os tempos do Milagre Econômico, onde a sociabilidade LGBTQIA+ tornava-se mais evidente entre ativistas de classe média, diferente das pessoas mais pobres, que não tinham como frequentar bares e redes de apoio.

Quinalha (2022) aponta que foi nessa época de contexto de liberalização da ditadura que, na cidade de São Paulo, criou-se o primeiro Núcleo da Ação pelos Direitos dos homossexuais, precisamente em maio de 1978, depois transformou-se no grupo Somos, Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual, com significativo impacto a partir da publicação do jornal *Lampião da Esquina*, concentrado no eixo Rio-São Paulo, com circulação nacional, distribuição para os assinantes e vendas nas bancas de jornais.

2.1 JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA: PORTA-VOZ DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Os periódicos sempre foram bons comunicadores da história da vida e dos sonhos. Além disso, eles criam verdadeiros espaços de manifestação de opiniões acerca de um certo tema, com alguma coerência ideológica entre si. Também colaboram para congregar um determinado grupo de pessoas que leem a mesma história e compartilham valores ali expressos e que, de alguma maneira, se identificam com eles (RODRIGUES, 2018, p. 238).

A história da criação do primeiro editorial homossexual, de ampla circulação no Brasil, teve seu primeiro impacto com a visita do ativista argentino Néstor Perlongher à Universidade do Rio de Janeiro, em 1976, para falar sobre a revista *Somos*. Mas a ideia originou-se a partir da visita de São

² Onze homens compunham o *Lampião da Esquina*: majoritariamente brancos, letrados, de classe média e profissionais liberais. Esses, à época, já eram considerados ilustres e trabalhavam (in)diretamente com a promoção de conhecimentos, devido a suas experiências políticas, acadêmicas, jornalísticas e dedicação à vida artística. Esses elementos contribuíram de modo significativo para a garantia de suas importâncias na história dos movimentos homossexualismo Brasil. Entre os autointitulados “Senhores do Conselho” e suas subsequentes profissões temos: Jean-Claude Bernardet, crítico e pesquisador de cinema do país; Aguinaldo Silva, escritor e repórter policial; Antonio Chrysóstomo, crítico de música popular; Darcy Penteado, artista plástico de São Paulo; Gasparino Damata, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, ex-diplomata, escritor, jornalista; João Antônio Mascarenhas, advogado, ex-funcionário de alto patamar no Ministério da Educação. João Silvério Trevisan, escritor paulista; além de Peter Fry, pesquisador da área de antropologia social. Completavam o Conselho os jornalistas Francisco Bittencourt, Clóvis Marques e Adão Acosta (SOBRAL, 2019, p.111-112).

Francisco/Califórnia, de Winston Leyland, editor de uma publicação homossexual chamada Gay Sunshine, visita essa que se deu em busca de autores brasileiros para fazer uma ontologia de literatura homoerótica do movimento gay latino-americano. “Pode-se dizer que o lançamento do jornal, em abril de 1978, fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizavam um grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil - o Grupo Somos” (RODRIGUES, 2018, p.239).

O editor Winston Leyland hospedou-se na casa de João Antônio Mascarenhas, membro do jornal O Pasquin, do jornal Lampião da Esquina, pioneiro na luta pelos direitos dos homossexuais. A partir dessa visita, foi mobilizado um grupo de homossexuais para uma conversa ocorrida no apartamento de Darcy Pentead, membro fundador do Lampião. O encontro se deu em clima de empolgação, resultando no desejo de alguns jornalistas e artistas em organizar um periódico relacionado a assuntos direcionados aos homossexuais. Para a concretização desse projeto, profissionais competentes logo iniciaram uma articulação para captar recursos e assim garantir o financiamento do primeiro jornal brasileiro homossexual, utilizando-se de uma estratégia inicial que aconteceu por meio do envio de cartas a cerca de doze mil amigos indicados para colaborar no custeio, enquanto a outra parte ficaria por conta do editorial, que logrou sucesso na empreitada com capital fixo e, conseqüentemente, com a fabricação de seus dois primeiros números (SOBRAL, 2019, p.110).

Rodrigues (2018) vai chamar esse período da história de “Primeiro Momento”, com o aparecimento do jornal *Lampião da Esquina*³, que teve o primeiro ensaio da revista, de número zero, como editor Agnaldo Silva e João Silvério Trevisan, que escreveram uma matéria intitulada na capa de revista: “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz”

Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando - ao "assumir" - a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento (Lampião da Esquina, abril, nº zero, 1978).

Nessa primeira edição experimental do jornal Lampião da Esquina, em abril de 1978, destacou-se uma matéria: “Saindo do Gueto”, anunciando os ventos favoráveis de abertura política: “Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em

³ O jornal *Lampião da Esquina* pode ser encontrado todo em PDF no Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott. Um jornal extremamente importante para o momento de surgimento do movimento LGTQIA+. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&perpage=12&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription . acesso em 28 de novem.2023.

ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do "discurso brasileiro".

O título do editorial, "Saindo do Gueto", é um epítome da importante postura de rompimento da máscara da proteção que os gays e lésbicas haviam criado para si nos anos 1950 e 1960, sobretudo, para garantir um pouco de sociabilidade longe dos estigmas sociais que marginalizavam as pessoas, dos conceitos médicos que tratavam a homoafetividade como doença da moral católica que considerava homossexualidade um pecado. Dessa forma, o editorial representou um apelo à interação com a sociedade brasileira cujo objetivo era suscitar outras atitudes a respeito do tópico de amor (e sexo) entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, se essa abertura do discurso brasileiro que o editorial festejou oferecia justamente a possibilidade de se questionar coletivamente e publicamente estes velhos preconceitos sobre a homossexualidade, ela também facultava um espaço de divergências sobre as propostas, os rumos e os objetivos do incipiente movimento no Brasil. Isto posto, pode-se considerar que o debate que o jornal *Lampião da Esquina* incentivou se deu consoante um momento fluído no país; entretanto, é interessante notar que apesar do tom otimista do autor do editorial, o número zero da revista saiu quatorze anos depois do Golpe de 1964, quando não se sabia ainda se os novos ventos realmente sopravam para uma abertura definitiva ou para outro vendaval (GREEN, 2019, p.177-178).

O jornal *Lampião da Esquina* atuou como um porta-voz do movimento homossexual; produziu 38 edições no eixo Rio-São Paulo, e incorporou os principais debates a respeito de grupos dissidentes da época, marcando seu nome na história e cumprindo com o que havia prometido, ou seja, "falar da atualidade e procurar esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana" (RODRIGUES, 2018).

A produção de reportagens no *Lampião da Esquina* subvertia os limites dos debates sobre as homossexualidades ao questionar a abordagem normativa relacionada à temática das sexualidades, da moral e dos costumes, portanto, agia de maneira contundente no tom da crítica a essas manifestações discriminatórias, além de conteúdos direcionados aos assuntos políticos recorrentes, criando, assim, um espaço de sociabilidade homossexual e de denúncias voltadas às questões de outros grupos, como negros, mulheres, indígenas e travestis, provocando a ira da política. Todos esses elementos política censória de seu período (SOBRAL, 2019).

Personalidades do meio cultural e político, não necessariamente homossexuais, também foram entrevistadas. Contos, poesias, críticas de teatro, de cinema, literárias etc. Juntavam-se às cartas dos leitores, num fórum de grandes debates. Vai falar de Foucault e de Sartre, de Carmem Miranda e de Mário de Andrade, de abertura política e de repressão violenta. O homossexual brasileiro, com suas múltiplas identidades, encontra no *Lampião da Esquina* seus semelhantes. Diferentes, porém iguais em alguns aspectos (RODRIGUES, 2018, p.240).

Não se pode, contudo, ignorar os entraves que perseguiram o jornal, sendo um deles relacionado aos pouquíssimos anunciantes. Pode-se refletir a complexidade da discussão voltada para a comunidade homossexual naquele período, o que provavelmente levava os anunciantes ao temor em

ter seus serviços associados a um periódico engajado em pautas correlacionadas às sexualidades consideradas fora da norma. Os poucos recursos e o temor em associar o anunciante à imagem homossexual certamente contribuíram para que, em junho de 1981, o *Lampião* viesse a se apagar, deixando um grande legado para uma geração de pessoas que não se sentiam mais sozinhas e não viviam mais à sombra de sua própria existência (Sobral, 2019).

Além disso, havia problemas ideológicos, como também o sistema político, somado aos inquéritos que eram imputados aos jornalistas, acusados de atentar à moral e aos bons costumes, sendo tratado pela Polícia Federal como pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais. Na verdade, “o *Lampião* levantava uma bandeira difícil de ser aceita por grande parte da sociedade, assumir o prazer como direito fundamental do ser humano” [...] (RODRIGUES, 2018, p.241).

É salutar reconhecer que, até o fim de seus dias, o jornal *Lampião da Esquina* deu visibilidade ao movimento homossexual, iluminando significativa parcela da comunidade por meio de reportagens sobre homossexuais, travestis, cariocas, lésbicas, mulheres, perseguições contra jornalistas, a posição da Igreja, anúncios de festas, bailes, turismo, filmes, criação de tribuna do leitor “*Cartas Mesa*”, entrevistas. Trouxe o debate sobre a situação em Cuba, Argentina, Estados Unidos, dentre outros.

O jornal *Lampião da Esquina*, lançado em momento incerto e obscuro da história do Brasil, não resistiu aos entraves impostos pelas questões financeiras em vista aos poucos anunciantes, e conseqüentemente pela dificuldade em conseguir novos anúncios, uma vez que as empresas temiam seus nomes ligados à um jornal com esse viés, acusado de subversivo pela imprensa marrom, pelo exército e por religiosos. O seu fechamento, deu-se também pelo enfrentamento contra a política de sabotagem e de aniquilamento da polícia repressiva, que acusava os editores de subversivos, enquadrando-os em crimes, constantemente atacados por parte da sociedade moralista, que se sentia ameaçada com a “praga” da homossexualidade e a destruição das famílias. Mas não somente a questão moral e o perigo de uma revolução comunista, tinha-se como obstinação impedir parcela significativa da população subalternizada, invisibilizada de viver a vida livremente e de alcançar acesso aos bens e serviços universais.

Mesmo sem a real certeza do declínio do regime militar naquele momento, ou ainda que um novo vendaval surgisse, o fato é que três meses após o jornal chegar às bancas, o grupo do movimento homossexual “*Somos*” é criado, não por coincidência, no qual parte dos editores do *Jornal Lampião* integrariam o primeiro grupo de *Afirmção Homossexual Brasileiro*.

Green (2019) atribui tal iniciativa corajosa ao escritor e intelectual João Silvério Trevisan, ao fundar um grupo de afirmação homossexual em 1976, quando voltava do autoexílio nos Estados Unidos e no México. O autor recobra ainda que “é igualmente fundamental não esquecer da coluna

Maio do jornal Última Hora de São Paulo, escrito por Celso Cury, noticiando a sociabilidade homossexual”, acabando em sua demissão, e ressalta a importância do jornal “Lampião da Esquina”, lançado em abril de 1978. No mês seguinte, a criação do Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais ocorre também em São Paulo.

2.2 “SOMOS” - PRIMEIRO GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

Todas essas transformações iniciadas por parte de lideranças visionárias, durante o período de declínio do Golpe Militar, contribuíram na constituição de ideias para o enfrentamento da ditadura, mesmo com distintas percepções acerca do momento político, pois o que se buscava era criar meios de participação em oposição à ditadura. “Tanto os editores do jornal Lampião quanto as pessoas mais ativas do Somos entenderam que a situação no país tinha mudado. Novas e cruciais possibilidades se abriram a partir de 1978” (GREEN, 2019, p.183).

Green (2019) lembra que o surgimento do movimento social e político LGBTQIA+ em 1978 deu-se também em virtude de outras formas de sociabilidade, que já haviam se estabelecido nos anos 1950 e 1960, quando afirmava-se comportamentos e noções de gênero e sexualidades não normativas. Reforça o autor que, em 1960, criou-se um público LGBTQIA+ em lugares fechados, como bares e depois em boates exclusivamente gays, especialmente em época de carnaval. Daí, foi se estabelecendo determinadas conexões, códigos, comportamentos, costumes dentro de uma semiclandestinidadade.

Entre os vários exemplos das transformações culturais deste período, que refletiam novos modos de pensar o corpo e o comportamento, está o tropicalismo, especialmente as representações pouco tradicionais de Caetano Veloso no palco, entre outros artistas. Os valores e as influências internacionais dos quais este movimento cultural se aproximou chocavam as pessoas acostumadas às apresentações mais convencionais do rock nacional e da Música Popular Brasileira. A roupa audaz, o corpo masculino em movimento com gestos tidos como femininos e as expressões de liberdade incutidas nos seus shows ofereciam um modelo alternativo de masculinidade e feminilidade que rompia com a rigidez social da época. O sucesso de Maria Betânia e de Gal Costa e os rumores sobre suas sexualidades, entre outros exemplos, criaram modelos alternativos para jovens lésbicas que estavam descobrindo o mundo da sociabilidade entre as mulheres. Os shows e as imagens de Caetano Veloso, especialmente depois de sua volta do exílio em 1972, quando ele enfatizava seu lado feminino, as performances de Dzi Croquetes em 1973, com rupturas e misturas de representações de gênero, e a pontualidade de Ney Matogrosso, que cantava com uma voz fina e efeminada, ofereceram novos ícones e novos padrões que romperam com os papéis tradicionais de homens e mulheres (GREEN, 2019, p.185).

Recobrando ainda características fundamentais das formas de organização e sociabilidade da sexualidade, por meio da cultura e de pensadores intelectuais, Green (2019) concorda que o AI-5 de 1968 obliterou qualquer possibilidade de libertação homossexual. Por outro lado, reconhece que esse também foi um período de efervescência transnacional e de visibilidade de informações circulando sobre “Gay Power” nos Estados Unidos, como também vindas da Europa, dando sinais na imprensa

brasileira, mesmo com a censura. Chegando em 1976, com uma radical impossibilidade de reunir pessoas para se organizar e discutir um movimento homossexual em São Paulo, os editores do Lampião souberam aproveitar a derrocada da ditadura para iniciar sua publicação.

A iniciativa do primeiro grupo homossexual brasileiro, fundado em 1978, reuniu uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários, e intelectuais que se encontravam semanalmente em São Paulo, revezando em diferentes apartamentos, sem condições mínimas, dada a falta de moveis suficientes, como cadeiras para se sentar, bem como um lugar próprio, mas sem conseguir impedir a primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil (TRINDADE, 2018).

Green (2018) confirma a precariedade em que vivia o grupo Somos, e acrescenta que a maioria eram de classe média baixa, com poucos recursos, sem sede própria e que havia dificuldades para conseguir espaço para as reuniões gerais, com raras exceções em espaços de teatro e donos de boates. O grupo enfrentava a imprensa marrom, como o jornal “Notícias Populares”, que divulgava matérias sensacionalistas, com manifestações agressivas nos retratos estereotipados de homossexuais. Outra dificuldade recaía na resistência da maioria dos integrantes ao recusar qualquer proposição de estruturas tradicionais com a figura de presidente, vice-presidente, tesoureiro, “inclusive eram contra a legalização do Somos como entidade civil, justamente porque isso implicava teoricamente uma organização burocratizada e porque, possivelmente, permitiria um controle do Estado sobre o grupo” [...] (GREEN, 2019, p.191).

No que tange à mudança de local, Trevisan (2018) esclarece que se tratava de uma estratégia inicial de trabalho do grupo Somos, que se atrelava ao revezamento das reuniões nas residências dos integrantes, assim como o de manter apenas uma Caixa Postal para os contatos e correspondências. Diz que, por decisão do grupo, defendia a criação de um colegiado gerenciador dos sub grupos, entre os quais: grupos de reconhecimento, atuação externa, serviços burocráticos, atividades artísticas, divulgação externa, diferente das formais tradicionais da figura de presidente (TREVISAN, 2018).

Cabe destacar que os integrantes em sua maioria eram gays, com algumas lésbicas circulando. “Ali, eles debatiam matérias que depreciavam os homossexuais, publicado frequentemente pelo jornal Notícias Populares, bem como a resposta a ser encaminhada ao jornal pelo grupo de Ação pelos Direitos Homossexuais. Nessas reuniões também eram lidos cuidadosamente os números do Lampião da Esquina, publicação mensal voltada para os homossexuais” (TRINDADE, 2018, p.234).

Outro detalhe importante diz respeito a parte dos membros do Somos, que iniciaram o processo de organização e fundação do grupo antes mesmo de ser batizado por esse nome. Havia uma preocupação no grupo “Somos” relacionada ao exercício de poder; por isso, procuraram se articular

no sentido de evitar concentração de poder e de lideranças centralizadoras no intuito de evitar divisão e exclusão dentro do grupo, que estava se organizando politicamente (TREVISAN, 2018).

No momento da escolha do nome, optou-se por um que fosse aglutinador, daí a ideia de *somos*, uma vez que, homenageava a publicação de Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLHA). “Pelo menos nesse primeiro momento, propostas que incluíssem o termo gay foram rejeitadas, pois não se pretendia fazer movimento que se iniciava uma imitação do movimento norte-americano” (TRINDADE, 2018, p.234).

Foi após o famoso debate público em fevereiro de 1979, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, então um dos maiores polos do progressismo oficial, que o grupo adquiriu alguma maturidade para se articular minimamente. Na verdade, com o crescimento da representatividade de participantes e enriquecimento do debate político interno, só então definimos seu nome oficial: *Somos-Grupo de Afirmação Homossexual*. A elaboração do seu projeto político era ambiciosa a começar pelo nome: alterneiro, propositivo e abrangente, reivindicando nosso direito de sermos o que éramos. Mas era também um nome de natureza palindrômica: nosso estado de ser se afirmava com tal determinação que até mesmo quando lido ao contrário continuava sendo aquilo que é. Assim, nem o espelho da ideologia, que naquele momento se interpunha entre nós e nossa realidade, poderia nos iludir: mesmo pelo avesso, o reflexo sempre refletiria o que somos. Os objetivos políticos do grupo podiam ser resumidos em dois pilares: a absoluta autonomia da nossa voz excluída e a solidariedade fundamental para que essa autonomia se consolidasse. Acredito que esses dois propósitos fundacionais até hoje podem servir de referência para o debate em segmentos sociais que lutam por sua liberdade e seu papel político na sociedade brasileira (TREVISAN, 2018, p. 138).

Green (2019) reconhece que foi a partir desse evento na USP, em 1979, que o grupo *Somos* começou a crescer ao apresentar projeto alternativo, diferente das ideias marxista hegemônica naquela ocasião, ao propor um debate sobre as “minorias”, como mulheres, negros, índios e homossexuais e contou com a participação de integrantes do “Jornal Lampião” e do grupo *Somos*, atraindo mais de cem pessoas, sob forte polêmica e embates entre os diferentes setores da esquerda, envolvendo os membros do *Somos* e outros gays e lésbicas que assistiam ao evento. Na ocasião, muitos participantes integraram o grupo *Somos* ou formaram outros (GREEN, 2019, p.190).

Esse evento rendeu uma matéria no jornal *Lampião*, com versões e fatos polêmicos, uma vez que o *Somos* defendia uma organização apenas para as “minorias”, diferente dos Marxista-leninistas que defendiam a luta prioritária para derrubar a ditadura e campanhas para eliminar a discriminação sexual. Nem os ativistas do *Somos* e nem a militância de esquerda se entendiam, o que demandava problemas de articulação. “Os grupos esquerdistas que viam a homossexualidade como um desvio burguês ou doença, simplesmente decidiram ignorar o evento” (GREEN, 2019, p. 191).

Os integrantes do grupo *Somos*, de acordo com Green (2019) tinham pouca experiência em movimentos estudantis ou equivalentes antes de entrar no grupo, e os que possuíam experiência assumiam a liderança espontaneamente. O autor cita o exemplo de João Silvério Trevisan, que

acompanhou o movimento gay dos Estados Unidos; Edward MacRae, que tinha contato com o movimento inglês, e ele mesmo (Green), ativista do movimento LGBT, que havia participado do movimento LGBTQIA+ norte-americano entre meados de 1973-1975. “Alguns membros do Somos que estudavam em universidades tiveram contato com as organizações clandestinas da esquerda que atuavam no movimento estudantil, mas as visões tradicionais e homofóbicas destes grupos alienavam quase todas essas pessoas” (GREEN, 2019, p.188).

2.3 O FRACIONAMENTO DO GRUPO “SOMOS”

[...] Dentre as diversas divergências, como também ocorreu em outros lugares do mundo, o movimento homossexual brasileiro se fracionou entre um setor cético a uma política de alianças com outros atores políticos e, portanto, mais centrado na própria sexualidade como o vetor de transformação da realidade, colocando a causa homossexual em primeiro lugar, e um outro grupo que defendia a interseccionalidade mais marcada entre as lutas por liberação social com as reivindicações dos setores progressistas da sociedade, nomeadamente partidos políticos e coletivos de esquerdas, além de movimentos sociais-tais como o negro, o feminista, o sindical, o estudantil etc. (QUINALHA, 2022, p.110).

No campo de uma batalha acirrada, dois ativistas do movimento protagonizaram diferentes situações. De um lado, João Silvério Trevisan, que desconfiava da esquerda pelo fato de o partido tirar proveito do movimento que lutava por autonomia; do outro, o também dirigente do grupo Somos, James N. Green, da Facção Homossexual da Convergência Socialista. “A Convergência era um agrupamento socialista trotskista que foi um dos primeiros a se abrir para discussões relativas à liberdade sexual no contexto de uma esquerda hegemônica ainda muito careta” [...] (QUINALHA, 2022, p.110).

Green (2019) destaca três polos de divergências dentro do grupo Somos, surgidos em 1979, e que levaram à divisão do grupo: primeiro, era que um dos blocos defendia uma postura antiautoritária e libertária, de modo a embalar forte crítica à esquerda. O segundo girava em torno do grupo de lésbicas, diluídas em subgrupos no Somos, dificultando a participação ativa em todas as reuniões, além disso sofriam certa misoginia por parte de membros do Somos. Por fim, o terceiro polo, formado pelo bloco do americano James Green, da Convergência Socialista, que acumulava experiência política e se identificava com a esquerda; portanto, visando a um ativismo para além das reflexões identitárias dentro do grupo. “A nossa atuação política envolvia a elaboração de ideias ou propostas para politizar o Somos com o objetivo de interagir com a sociedade, como o jornal Lampião da Esquina propunha em seu editorial inicial” (GREEN, 2019, p.193).

Em relação à declaração de Green sobre sua atuação política no Somos, Trevisan (2018) rechaça e diz que ele se aproveitou para preparar o terreno e dar o golpe no grupo:

Green só integrou o Somos no propósito expresso de se contrapor ao nosso escopo de autonomia frente aos partidos políticos. Ou seja, ao criar uma Fração Gay, a CS pretendia integrar (ou dissolver) o Somos no seu grupo partidário, sob a liderança de James Green. Seria como trazer a mosca para o mel. Através desse movimento sub-reptício, vimos a velha esquerda entrar em cena na nascente (e titubeante) ativismo homossexual brasileiro, trazendo os vícios políticos típicos do melhor stalinismo, que se mostrou vivíssimo num grupo trotskista supostamente crítico ao autoritarismo de Stalin. A partir daí foi-se preparando o golpe, num movimento estalinista (assumidos ou não) sabiam bem fazer: conspirar (TREVISAN, 2018, p. 140).

Green (2018) alega que o que se pretendia era levar a sério o discurso do jornal Lampião em fazer alianças com feministas, negros e outros segmentos para unificar a luta, por isso insistentemente recorria à organização de esquerda para enfrentar à homofobia, e também lutava por um movimento homossexual político, pois sabia que as organizações contrárias à ditadura tinham resistência em relação às questões da sexualidade, inclusive dentro da esquerda. Ele exemplifica o caso do estudante de medicina Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, da luta armada, para derrubar a ditadura, em 1966, obrigado a reprimir sua (homo)sexualidade e viver no celibato enquanto compunha a organização, o que provocou uma resistência ferrenha contra as esquerdas no Brasil dos anos 1960 e 1970.

Mesmo assim, Green (2019) dizia não renunciar à luta por um movimento político, tanto que o grupo de *Convergência Socialista*⁴ participou do ato público do dia 20 novembro de 1979, Dia da Consciência Negra, em São Paulo, com trinta membros, com a faixa do grupo “*Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*” e fazendo panfletagem sobre a importância do grupo de homossexuais, também sobre a discriminação racial. [...] “Dava a impressão de que alguns militantes aceitavam a solidariedade enquanto outros ficavam indiferentes. Ao mesmo tempo, a questão do racismo e das ideologias que defendiam a democracia racial ainda eram poucos discutidos dentro do grupo Somos” [...] (GREEN, 2018, p.74).

Green (2019) destaca o compromisso da Convergência Socialista ao defender que essa era a única organização de esquerda que teve como protagonismo a bandeira contra a discriminação aos homossexuais em lugares públicos. Para reforçar sua tese, ele apresenta um programa elaborado pela Fração Homossexual, no qual definia em suas diretrizes, uma espécie de cartilha, princípios inalienáveis, como: a defesa da liberdade de organização dos grupos; contra os ataques do governo; pelo fim da Lei de Imprensa; por direitos iguais; pelo fim da classificação psiquiátrica e médica que mantinha em seu código o homossexualismo como doença, dentre outras diretrizes distribuídas em

⁴ Tendência política inspirada nas ideias do revolucionário russo Leon Trotsky, fundada em 1978 no Brasil. Colaborou com a organização do movimento operário, tendo uma forte influência na luta das mulheres, do movimento negro, movimento LGBTQIA+, entre outros. Foi uma das tendências mais influentes na fundação do PT.

oito tópicos, somando um total de dezessete diretivas. Green conclui questionando: “É interessante perguntar, trinta e cinco anos depois da elaboração deste programa que foi feito em 1980, quais são os ganhos do movimento LGBT, quais são as propostas ainda não obtidas e os itens que ainda poderiam gerar controvérsias?” (Green, 2019, p.195). Em depoimento, esse o autor acusa o jornal *Lampião* de incentivar uma campanha contra o grupo de *Convergência Socialista*, supondo que a intenção era tão somente a tomada de posse da organização do *Somos*, e segue desabafando:

“[...] Em vez de recriminar organizações como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil ou o Movimento Revolucionário de 08 de outubro que mantiveram posturas claramente homofóbicas” e, por isso, não manifestaram interesse em apoiar o movimento, os editores do *Lampião* reprocharam justamente a única organização de esquerda que tava tentando transformar as posturas conservadoras se não reacionárias e moralistas- que as outras tendências ainda defendiam (GREEN, 2019, p.196-197).

As divergências entre James Green e João Silvério Trevisan, ambos integrantes do grupo *Somos*, expandiram-se para outros patamares de acusações. Trevisan insistia no golpe arquitetado por Green, da *Convergência Socialista*, para tomar o poder do *Somos* e levar a cabo a finalidade de centralização partidária, de modo que Green soube escolher os participantes mais afeitos do *Somos* para participarem de curso de marxismo clandestino, sem ninguém saber, que arquitetou conspiração por meio de conchavos, manipulação e táticas de sedução erótica explícita pelo charme de cabelos loiros e olhos verdes.

Esses últimos atributos eram chamados de “política de cama”, práticas de sedução utilizados para angariar informações e conseguir adeptos às posições da *Convergência Socialista*, como satirizou Trevisan em matéria ao jornal “*Lampião da Esquina*”, em 1980. Contudo, Green se defende ao dizer:

As alegações que eu fazia “política de cama”, outra expressão da época para referir-se às pessoas que supostamente ganhavam pessoas da esquerda por vias sexuais e depois manipulavam os novos membros para seguirem suas ideias políticas, são curiosas, dados os resultados pobres dos meus esforços em captar pessoas para a CS. Como era a cultura do grupo e do meio gay numa época pré-aids, eu transava com pessoas que davam tensão e falávamos muito pouco sobre a política quando compartilhávamos uma cama. Estávamos nesses momentos, preocupados com outros assuntos (GREEN, 2018, p.68).

Trevisan (2019) insiste que havia sim uma pretensão clara da *Convergência Socialista* em alavancar notoriedade, e isso incluía a possibilidade de cooptar novos jovens, como de aparição em público. “A hegemonia pretendida pela *Convergência Socialista* dentro do *Somos* se fizera notar desde o esforço propagandista, em busca de maior visibilidade. Nos protestos públicos contra o delegado Richetti, em junho de 1980, uma faixa enorme e sobranceira ostentava o nome “*Fração Gay da Convergência Socialista*”.

O estopim desses embates entre Green e Trevisan se deu na comemoração do primeiro de maio, no Estádio de Vila Euclides - São Bernardo, em 1980, quando apareceu um grupo de feministas e homossexuais masculinos debaixo de uma faixa da Convergência Socialista, um episódio determinante para o racha e para o afastamento de Trevisan, que passou a se dedicar mais ao editorial do jornal *Lampião*, embora mantivesse ainda alguns contatos com outros membros do grupo *Somos*, abrindo espaço para Green finalmente tomar a liderança, se colocando inclusive como porta voz de Trevisan, o que provocou mais tensão entre ambos e levou à total ruptura entre eles (TREVISAN, 2018, p.141).

A presença de cinquenta lésbicas e gays nesse 1º de maio de 1980, provocou, inevitavelmente, o racha no *Somos* duas semanas depois. “Quem critica a nossa atuação na passeata pelas ruas de São Bernardo e nossa presença no Estádio Vila Euclides desvaloriza a capacidade de gays e lésbicas pensarem por si mesmos, como se fôssemos homossexuais alienados incapazes de tomar decisões políticas” (GREEN, 2018, P.74-75).

Após o racha, segundo Trevisan (2018), a Convergência Socialista se integrou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e levou junto o *Somos*. Desta vez, com endereço fixo numa sala que abrigava o diretório do PT, em São Paulo. Assim caía a máscara, com isso não havia mais necessidade de um grupo específico de homossexuais, que foi sendo diluído, dentro de um “partido revolucionário”.

Green (2018) rebate a acusação de que o grupo *Somos* se dissolveu dentro do PT, pois, segundo ele, “o grupo nunca se alinhou com qualquer partido político”. Por outro lado, admite que entre 1979 e 1981, ele mesmo atuava como membro da CS e do *Somos*, mas sempre mantendo autonomia política, chegando inclusive a redigir um documento que afirmava o direito de afiliações partidárias, porém independente.

A capilaridade de ativistas pró-legalização do PT no movimento homossexual foi determinante para garantir conexão entre partido e grupos de movimento. Entre os anos 1980 e 1981, ativistas com dupla ou múltipla filiação circulavam entre os dois domínios, ora engajados em agendas do movimento, ora trabalhando na campanha para a legalização do partido. As iniciativas de maior destaque nesse sentido aconteceram em Belo Horizonte e São Paulo. Na capital mineira, o Núcleo Gay do Partido dos trabalhadores, fundado em 1980 pelo ativista Edson Nunes, contava com a participação de antigos integrantes do então extinto Terceiro Ato, o primeiro grupo homossexual organizado na cidade, fundado em 1979. Em São Paulo, os militantes da Fação Homossexual da Convergência Socialista criaram, em 1981, o Núcleo Gays e Lésbicas, que reunia militantes da Convergência Socialista e da OSI para a realização de debates abertos que tinham como objetivo atrair filiados e simpatizantes para o partido. Os ativistas também participavam de mutirões que coletava, de porta em porta, as assinaturas para a legalização da legenda (CRUZ, 2018, p.261-263).

Lamentavelmente, “a maneira errática como ocorreu a integração do *Somos* ao recém fundado Partido dos Trabalhadores é um fato desconhecido quando não até menosprezado por acadêmicos e estudiosos, inclusive nas áreas de diversidade de gênero” (TREVISAN, 2018, p.151).

Em outras palavras, o método fórceps com que a integração do grupo Somos ocorreu, através de um golpe, ilustra de maneira emblemática a fricção entre os interesses de um legítimo movimento de representação civil/popular inédita e as prioridades de um partido que se propunha, na melhor das hipóteses, a ser seu representante. Na pior das hipóteses, nem sempre visível a olho nu, isso implicou uma diluição do recém-nascido movimento popular, ao ser cooptado pelas forças de esquerdas mais ortodoxas e firmemente arraigadas na sua gramática de conquista de poder, sob qualquer custo “revolucionário” mesmo ao arrepio do respeito fundamental aos oprimidos (TREVISAN, 2018, p.151).

Trevisan (2018) recorda que é preciso esmiuçar os detalhes históricos dessa tomada de poder do Somos não como um saudosismo melancólico de quem perdeu a batalha, mas com vistas a examinar os tropeços de uma ala partidária progressista, a fim de se repensar uma esquerda moderna. “A esquerda precisa aprender essa lição da história, repetidas vezes sem contar, sempre que tais “lideranças revolucionárias” tomaram a frente para “mobilizar” tais movimentos populares, quer dizer, manipulá-los” (TREVISAN, 2018, p.152).

A partir do racha nunca cicatrizado do Somos, há 40 anos, ainda hoje se pode fazer uma pergunta num contexto mais geral: por que grupos de oprimidos escamoteiam com tanta facilidade o conceito de solidariedade e, ao entrarem em feroz competição interna, acabam reproduzindo o mesmo projeto opressor que combatem? Tudo isso, bem entendido, por disputa de seu pequeno poder-aquele mesmo que se almejava conquistar solidariamente. Para mim, há um equívoco embriado exatamente nessa ideia de luta pelo poder, em que vale tudo para se chegar ao objetivo de um grupo hegemônico, na contramão de um poder que deveria ser diluído entre todos/as. Na inevitável fragmentação dos rachas resultantes, não é de secundária importância a perda do senso de solidariedade, que deveria ser a argamassa da resistência dos setores oprimidos (TREVISAN, 2018, p.149).

A batalha travada entre esses dois intelectuais do movimento somos diverge no sentido de como se deve construir a luta com autonomia. Green não conseguia separar a luta político-partidária das questões identitárias, como homossexuais, negros, mulheres, indígenas, uma vez que enxergava nesse cenário um leque de oportunidades em poder congregar grupos de “minorias” para se organizar politicamente e derrubar a ditadura e, assim, construir uma nova base política de comando do país.

Já o cineasta, escritor e ensaísta João Silvério Trevisan discorda do norte-americano James Green por entender que ele organizou uma ação conspiratória quando passou a se reunir clandestinamente com membros dos Somos, realizando cursos de manual marxista, pelo cooptação de jovens às posições de esquerda com a finalidade de aplicar o golpe e tomar o Somos para integrar dentro de um partido político, no caso, o Partido dos Trabalhadores. Assim o fez, levou o Somos para uma sala do diretório do partido em São Paulo.

As querelas e quedas de braço travadas entre as duas grandes lideranças do grupo Somos contribuíram com o declínio do grupo, uma vez que as posições defendidas acerca da autonomia e organização eram absolutamente opostas, mesmo que em sua essência permanecesse a luta pela justiça social de ambos os lados. É sabido que o grupo Somos foi implacável no tocante às questões do

movimento LGBTQIA+, e que colocou em evidência os problemas específicos referentes às mulheres, negros e indígenas, na tentativa de construir um coletivo independentemente de partido político, alheios aos grupos de esquerda, autônomo e democrático.

Além das divisões mais propriamente ideológicas em torno dos rumos do movimento, outras cisões vão se impor. Uma das principais foi a das lésbicas, que já denunciava a misoginia dos homens gays desde quando começaram a entrar no Somos, ainda no início de 1979. Apesar de já estarem auto-organizadas no Coletivo Lésbico- feminista no interior do Somos, elas decidiram também em 1989 se organizar separadamente no Grupo de Ação Lésbicas Feminista (GALF) pelas dificuldades de dividirem os mesmos espaços políticos que os homens (QUINALHA, 2022, p.111).

Outros fatores contribuíram para abalar ainda mais a possibilidade de unidade entre Green e Trevisan, por conta de críticas dentro do movimento homossexual em relação ao líder sindical do PT, Luís Inácio Lula da Silva, em face de uma entrevista que ele concedeu ao jornal *Lampião da Esquina*, nº 14, de julho de 1979⁵, intitulada: “**Alô, alô classe operária: e o paraíso nada? Lula fala de greves, bonecas, e feministas, chumbo grosso!**”. Durante essa entrevista, Lula disparou frases homofóbicas contra gays e feministas, distanciando ainda mais a possibilidade de utilização do movimento homossexual para fins partidários.

Numa dessas frases, Lula fala: "Homossexualismo na classe operária? Não conheço"; “Feminista pra mim é desocupada”; FEMINISMO - eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer”. Para se retratar do discurso homofóbico e preconceituoso desferido, Lula procurou reaver seu posicionamento durante a primeira convenção do Partido dos Trabalhadores, incluindo no programa do partido a causa homossexual. Assim,

Em setembro de 1981, o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, até então criticado por ativistas homossexuais devido a uma entrevista publicada em 1979 no jornal *Lampião da Esquina*, fez um discurso em apoio à luta das minorias políticas, incluindo os homossexuais, durante a I Convenção Nacional do PT, em Brasília. A defesa da causa homossexual foi ratificada em março de 1982 com o lançamento do primeiro programa eleitoral do partido, intitulado “Terra, Trabalho e Liberdade”. A escolha do nome não foi casual e correspondia à necessidade de abrigar, em um programa eleitoral, bandeiras que iam da defesa da liberdade sindical, passando pela reforma agrária, o direito à moradia e o acesso às instâncias de poder, até temas considerados espinhosos como a igualdade de oportunidades para as mulheres, o combate ao racismo e a discriminação homossexuais. A iniciativa tornou o PT o primeiro partido político a apoiar formalmente o movimento homossexual na história do sistema partidário (CRUZ, 2018, p. 263).

⁵ Confira entrevista no jornal *Lampião da Esquina*, nas páginas 9-10-11. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/14-ed-jornal-lampiao-da-esquina-julho-1979/>. Acesso: 26 de dez. De 2023.

Todas essas discussões em torno da constituição do movimento social LGBTQIA+ produzidas no Brasil são um reflexo das diferentes formas de pensamentos e de interesses divergentes, inclusive a despeito da origem desse movimento na América Latina. Esta pesquisa parte da perspectiva de que o surgimento do movimento LGBTQIA+ no Brasil se deu a partir da confluência dos diferentes movimentos que eclodiram naquelas décadas de 1960 e 1970.

Nesse sentido, ganha força a tese segundo a qual esse movimento brasileiro nasce com as marcas do Maio de 1968, na França; com o 28 de junho de 1969, no bar Stonewall, em Nova York; e na Argentina, em 1971, com a criação da Frente de Liberação Homossexual Argentina (FILHA), inspirado no movimento Gay Power norte-americano, além de outros países que deram sinais de resistências face ao surgimento de novas formas de sociabilidade, de comportamentos, de noções de gêneros e contra os regimes ditatoriais.

2.4 A RECONFIGURAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL

Os inevitáveis rachas e divisões dentro do grupo homossexual brasileiro “Somos”, protagonizados por Green e Trevisan, remetem a uma longa discussão no que tange às formas de atuação do ativismo homossexual brasileiro, ao tempo em que impõem novas reflexões sobre como organizar a luta sem a interferência direta de partidos políticos. Essa forma de reestruturação do movimento homossexual vai desembocar com outras formas de mobilização nos anos 1980, diante das dificuldades enfrentadas por diferentes grupos das classes populares por conta do empobrecimento da população e em razão da epidemia do HIV/AIDS.

Em momento de crise da epidemia da Aids, surgiram organizações em torno da sociedade civil por demandas represadas na ditadura, levando a campanhas pelas Diretas já e por uma nova constituição. Esse processo de mobilização das classes populares na década de 1980 protagonizaram também um ativismo averso à propagação depreciativa das homossexualidades dos poderes médico-científicos, que veio a explodir com a eclosão da epidemia do HIV/AIDS, denominada pela imprensa de "peste gay" ou "câncer gay", face ao primeiro diagnóstico do vírus entre homossexuais, confirmado nos Estados Unidos em 1981, e no ano seguinte no Brasil (QUINALHA, 2022).

A doença era grave por levar diversas pessoas rapidamente à morte e ainda era uma ameaça sobre a qual pairava um enorme desconhecimento. Cada vez mais, homossexuais apareciam nos serviços de saúde apresentando sintomas como a síndrome de Kaposi e pneumonia, doenças oportunistas que começaram a causar desconfiança entre os médicos. Os casos se multiplicavam em ritmo acelerado, não demorando muito para que se vinculadas essa nova epidemia a um grupo de risco e suas práticas sexuais estigmatizadas como perigosas. Setores religiosos, inclusive, viram na AIDS um castigo divino para a promiscuidade dos homossexuais, prevalecendo uma lógica de culpabilização dos próprios sujeitos (QUINALHA, 2022, p. 113).

Apesar do estigma da patologização da Aids com a epidemia da informação, a doença tirou a sexualidade do armário e contribuiu com o processo de mobilização e organização dos grupos, que se viram obrigados a repensar novas formas de ativismos, visando criar laços de solidariedade, apoio às pessoas que apresentavam a doença, a pressionar os poderes públicos, as indústrias farmacêuticas, bem como a luta pelo direito à saúde através de um sistema universal, por políticas de tratamento, financiamento, políticas de prevenção, convênios com ONGs e governos dentro e fora do Brasil, deslocando, com isso, a luta do movimento contra a ditadura para combater a doença, além de levar a cabo denúncias das variadas formas de violências LGBTfóbicas. “A trilha de emancipação, que até então passaria por uma ruptura com o Estado Autoritário e com a ordem sexual vigente, começa a se deslocar então para as reivindicações de igualdade de direitos e de cidadania nos marcos da incipiente democracia” [...] (QUINALHA, 2022, p.117)

A década de 80 foi caracterizado por um amplo processo de mobilização da sociedade civil organizada. As demandas represadas pelas duas décadas da ditadura irromperam na cena pública com enorme força desde fim dos anos 1970, desembocando nas campanhas pelas Diretas Já e por uma nova constituinte. Como visto, o movimento homossexual brasileiro marcou presença na redemocratização, mas como um ator político mais marginal em um contexto em que os debates da sexualidade ou não eram muitos conhecidos ou ainda eram objeto de grande tabu em setores pró-democracia (QUINALHA, 2022, p.112).

As características da década de 1980, marcada pela mobilização da sociedade civil organizada, é o que Rodrigues (2018) vai chamar de “segundo momento”, enquanto Quinalha vai denominar de Ciclo do HIV/AIDS e ONGuização, focado no campo social e para as questões reais que afetavam os cidadãos envolvidos. “Dentro desse contexto, as organizações não-governamentais (ONGs) se fortalecem no Brasil e no mundo. E, com início da epidemia da aids, passaram a surgir ações direcionadas a uma união solidária entre os diferentes grupos e seguimentos sociais[...]” (Rodrigues, 2018, p.243).

Todas as manifestações e discussões elencadas sobre o movimento LGBTQIA+ em sua constituição, perpassando por diferentes contextos históricos, resultaram na visibilidade das causas levantadas e da luta por direitos, o que favoreceu a organização de novos grupos em diferentes frentes em outros estados. A exemplo da expansão e abertura desse movimento, foi a criação da primeira ONG LGBTQIA+ em fevereiro de 1980, em Salvador, pelo então ativista prof. Dr. Luiz Mott, adotando o nome gay como identidade: Grupo Gay da Bahia (GGB).

O GGB liderou a mais significativa campanha, em 1980, referente à despatologização das homossexualidades, que já havia sido superada nos Estados Unidos, ainda na década de 1970, com a retirada da homossexualidade de sua lista de transtorno da Associação Americana de Psicanálise em 1973, depois pela Associação de Psicologia em 1975 (QUINALHA, 2022).

O grupo Gay da Bahia não foi o primeiro, mas tornou-se o “decano”, o mais antigo grupo e, funcionamento ininterrupto e com história inigualável dentro do movimento LGBT do Brasil e da América Latina. Foi a primeira ONG homossexual a ser registrada como sociedade civil e de utilidade pública municipal, liderou a fundamental campanha vitoriosas pela despatologização do “homossexualismo” no Brasil (1985), resgatou a biografia inédita de centenas de sodomitas luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição e de outro tanto de lésbicas e trans Vips de nossa história, iniciou a prevenção da Aids junto à população gay, aos deficientes visuais e ao povo de santo nos candomblés, introduziu entre nós o termo homofobia e o uso do feminino para se referir às travestis e transexuais, publicou dezenas de livros e centenas de artigos, folders e cartazes, mantém o maior banco de dados sobre assassinatos de LGBT+ do mundo, participou diretamente da fundação e capacitação de uma dezena de grupos e lideranças LGBT, é a ONG que mais se ocupou e continua ativa na mídia nacional e internacional. Mereceu de Caetano Veloso essa simpática declaração de amor: “o GGB e seu fundados são o orgulho da Bahia!” Realidade incontornável: cabotinismo à parte, a história e sucesso do GGB são indissociáveis de seu fundados e autor dessas linhas (MOTT, 2018, p.211-212).

Outra campanha, no processo de elaboração da Constituinte, deu-se com a inclusão no texto sobre o reconhecimento e os direitos das minorias, graças ao porta voz João Antônio Mascarenhas, fundador do Grupo Triângulo Rosa, que lutou pela inclusão da “expressão proibição da discriminação por orientação sexual na Constituição, levando seu discurso contra o machismo, contra o preconceito, estigmas contra as travestis. “Graças à resistência conservadora, a proposta contou com o apoio apenas pouco mais de um quarto dos constituintes, não alcançando a maioria necessária” (QUINALHA, 2022, p.123).

Apesar de o texto constitucional não ter alcançado êxito, mesmo com o apoio da bancada do PT, derrotado por 429 dos 559 deputados constituintes, tal iniciativa teve consequências em outras legislaturas municipais e estaduais em mais de setenta cidades que aprovaram dispositivos antidiscriminatórios nas suas respectivas Leis Orgânicas. Portanto, “...começava-se a desbravar cada vez mais as possibilidades de disputas institucionais, que alcançava um horizonte concreto de conquistas, ainda que limitado pela democracia incipiente e pelo preconceito arraigado na sociedade...” (QUINALHA, 2022, p.125).

Todas essas campanhas conferiram visibilidade ao movimento, a partir de um ativismo que foi cada vez mais criando espaços, ampliando os diálogos e a capacidade de organização, com forte potencial de mobilização, intensificada na década de 1990 com as paradas do orgulho LGBTQIA+, Conferências Internacionais, Encontros Nacionais, protestos.

O papel das ONGs contribuiu no fortalecimento das lutas por direitos, especialmente de reconhecimento público. Contudo, a crise que se instalou na década de 1990 provocou mudanças na relação das ONGs com o Estado, uma vez que, de protagonista na luta contra as formas de opressão e discriminação em cooperação com os movimentos populares desde a década de 1970, passa a ser

parceria do Estado nos anos 1990, em busca de recursos para implementar políticas públicas, no contexto dos chamados de Novos Movimentos Sociais (Terceiro Setor), como será detalhado a seguir.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, buscamos compreender o surgimento e a consolidação do movimento político LGBTQIA+ no Brasil, abordando o movimento no período entre os anos de 1970 e 1980. O período estudado foi fundamental para organização das primeiras lutas contra a homofobia no país e para a afirmação do movimento como instrumentos de lutas coletivas pelos direitos dos homossexuais.

Identificamos ainda a relação entre a origem do movimento no Brasil e os fenômenos que ocorreram em outros países, com mais ou menos influências que convergiram para sua conformação. A luta do movimento gay norte-americano de 1969, conhecido como Stonewall, contra as batidas policiais e a repressão a expressão da sexualidade nos EUA; o Maio Francês de 1968, cujas declarações pela liberdade, contra os valores e costumes conservadores e questionamentos aos governos autoritários nos países socialistas as percorreram o quase todos os países; o mesmo podemos afirmar das lutas no movimento no México e na América Latina.

O contexto da ditadura militar, com frequentes prisões de pessoas LGBTQIA+ que ousavam expressar sua sexualidade, uma juventude sensível por viver sem preconceitos e repressões por parte do regime militar, somada à efervescência política e sindical na luta pela democracia e contra o regime militar, cria as condições para agrupamento da população LGBTQIA+ em torno dessas pautas.

Os inevitáveis embates e divisões dentro do grupo homossexual brasileiro “Somos”, protagonizados por Green e Trevisan, remetem a uma longa discussão no que tange às formas de atuação do ativismo homossexual brasileiro, ao tempo em que impõem novas reflexões sobre como organizar a luta sem a interferência direta de partidos políticos.

Os embates entre as ideias das duas principais lideranças do movimento organizados no Somos marcaram as lutas ideológicas que aconteceram no interior do movimento, época do seu nascimento, especialmente, durante a formação do grupo. Eram posições que refletiam os embates que ocorriam naquela conjuntura histórica, que variavam entre as teses marxistas (e suas diferentes visões) e as ideias autonomista com forte influência europeia. Essas ideias se confrontaram no interior do Somos e provocaram o fracionamento político do movimento, até o fim dos acordos programáticos mínimos e sua posterior dissolução orgânica.

Ganha destaque na origem do movimento, a importância do processo de comunicação de massas através da imprensa. O Lâmpião da Esquina foi o primeiro periódico público, porta voz do movimento, de circulação nacional entre os anos de 1978 e 1981, a divulgar os posicionamentos sobre

temas polêmicos em torno das questões da homossexualidade. O nome surgiu em homenagem a uma publicação do movimento homossexual argentino que teve circulação entre os anos de 1971 a 1976. Além de um canal de comunicação, foi um organizador político e coletivo da população LGBTQIA+ em torno dos seus ideais.

Por fim, a reestruturação do movimento LGBTQIA+ vai desembocar em outras formas de mobilização nos anos 1980, diante das dificuldades enfrentadas por diferentes grupos das classes populares por conta do empobrecimento da população e em razão da epidemia do HIV/AIDS. É o que Rodrigues (2018) vai caracterizar como “segundo momento”, enquanto Quinalha (2022) vai denominar de Ciclo do HIV/AIDS e ONGuização, focado no campo social e para as questões reais que afetavam os cidadãos envolvidos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Almeida, 2018. p. 255-278.

GREEN, James. Forjando alianças e conhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Almeida, 2018. p. 63-90.

GREEN, James. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: Edufscar, 2019. p. 178-244.

MOTT, Luiz. Negociações, o imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Almeida, 2018. p. 211-226.

RODRIGUES, Jorge Cau. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Almeida, 2018. p. 237-254.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 2014.

SOBRAL, Thasio Fernandes. O crime do Lampião da Esquina (1978-1979). Veredas da História, [online], v. 12, n. 1, p. 105-127, jul. 2019.

FONTES

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Edição experimental: número zero. Abril de 1978.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano I: do nº 1. 25 de Maio de 1978 ao nº 12. Maio de 1979.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano II: do nº 13. Junho de 1979 ao nº 24. Maio de 1980.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. Ano III: do nº 25. Junho de 1980 ao nº 37. Junho de 1981.